

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 3/2013

Disponibilização: 11 de fevereiro de 2013

Período abrangido: 28 de janeiro a 8 de fevereiro

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS**
- 3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **VITIVINICULTURA**
- 5. ASSUNTOS EUROPEUS**
- 6. COMÉRCIO**
- 7. CONSUMIDORES**
- 8. DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
- 9. DESPORTO**
- 10. EDUCAÇÃO**
- 11. EMPREGO**
- 12. EMPRESAS**
- 13. ENERGIA**
- 14. FINANÇAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- 15. INDÚSTRIA**
- 16. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**
- 17. SAÚDE**
- 18. SEGURANÇA SOCIAL**
- 19. TRABALHO**
 - **SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL**
- 20. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
 - **TRANSPORTES**

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Lei n.º 15/2013, de 08 de fevereiro

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS

Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro

(Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna)

Altera o despacho n.º 11820-A/2012, de 4 de setembro de 2012, que define as condições para a aplicação do regime especial de autorização de residência para atividade de investimento em território nacional

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Reorganização administrativa do território das freguesias

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA /AGRO-PECUÁRIA

Decreto-Lei n.º 16/2013, de 28 de janeiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Estabelece o regime dos juros aplicável no reembolso de verbas no âmbito de apoios concedidos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., à agricultura, ao desenvolvimento rural, às pescas e aos setores conexos

Portaria n.º 46/2013, de 4 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Segunda alteração à Portaria n.º 36/2005, de 17 de janeiro que estabelece as regras nacionais de implementação do sistema de controlo da condicionalidade prevista nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, e no Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril

Portaria n.º 47/2013, de 4 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Quarta alteração ao Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), que integra a Ação n.º 2.2.1, designada «Alteração de Modos de

Produção Agrícola», e a Ação n.º 2.2.2, designada «Proteção da Biodiversidade Doméstica», aprovado pela Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março

Portaria n.º 49/2013, de 4 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Terceira alteração ao Regulamento de Aplicação das Componentes Agroambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, aprovado pela Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março

- **VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 40/2013, de 01 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Cria um apoio financeiro destinado aos viticultores cujas parcelas de vinha, situadas em várias freguesias e concelhos, sofreram danos causados pela queda de granizo nos meses de maio e julho de 2012

5. ASSUNTOS EUROPEUS

Decreto-Lei n.º 18/2013, de 6 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Transpõe a Diretiva n.º 2010/78/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010 («Diretiva Omnibus I»), no que se refere às competências da Autoridade Bancária Europeia, da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, bem como a Diretiva n.º 2010/73/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que altera as Diretivas n.º 2003/71/CE, e n.º 2004/109/CE

6. COMÉRCIO

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2013, de 29 de fevereiro

(Supremo Tribunal Administrativo)

Decidiu que já anteriormente à vigência da Lei n.º 62/2011, de 12/12, devia entender-se que a concessão, pelo INFARMED, de autorização de introdução de medicamentos no mercado não dependia da consideração de direitos de propriedade industrial e que das disposições dessa mesma lei não decorre ofensa ou restrição de tais direitos

Lei n.º 16/2013, de 8 de fevereiro

(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina

7. CONSUMIDORES

Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Procede à 5.ª alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, à 3.ª alteração da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, e à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor

8. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2013, de 29 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o «Programa Valorizar», que visa o estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local para promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial, numa lógica de coesão territorial

9. DESPORTO

Portaria n.º 50/2013, de 5 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define os parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas e os consequentes pressupostos de participação nas mesmas

10. EDUCAÇÃO

Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro

(Assembleia da República)

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto

Despacho n.º 2162-A/2013, de 5 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Estabelece o calendário dos exames nacionais para o ano de 2013

11. EMPREGO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2013, de 29 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o «Programa Valorizar», que visa o estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local para promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial, numa lógica de coesão territorial

12. EMPRESAS

Lei n.º 15/2013, de 08 de fevereiro

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

13. ENERGIA

Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Aprova o regime sancionatório do setor energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da

eletricidade e do gás natural e revogam, as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003

Decreto-Lei n.º 15/2013, de 28 de janeiro
(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2010, de 11 de junho, no sentido de alargar o período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10000 m3

Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro
(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos

14. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro
(Ministério das Finanças)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal e revoga o Decreto-Lei n.º 463/79, de 30 de novembro

Acórdão n.º 617/2012, de 31 de janeiro
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, na parte em que faz retroagir a 1 de janeiro de 2008 a alteração do artigo 81.º, n.º 3, alínea a), do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, consagrada no artigo 1.º-A do aludido diploma legal

15. INDÚSTRIA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2013, de 29 de fevereiro
(Supremo Tribunal Administrativo)

Decidiu que já anteriormente à vigência da Lei n.º 62/2011, de 12/12, devia entender-se que a concessão, pelo INFARMED, de autorização de introdução de medicamentos no mercado não dependia da consideração de direitos de propriedade industrial e que das disposições dessa mesma lei não decorre ofensa ou restrição de tais direitos

Lei n.º 16/2013, de 8 de fevereiro
(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina

16. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro
(Assembleia da República)

Reorganização administrativa do território das freguesias

17. SAÚDE

Portaria n.º 41/2013, de 1 de fevereiro

(Ministérios das Finanças, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestado nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a praticar no ano de 2012 e revoga a Portaria n.º 220/2011, de 1 de junho

18. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário, e revoga o Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro

Portaria n.º 41/2013, de 1 de fevereiro

(Ministérios das Finanças, da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestado nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a praticar no ano de 2012 e revoga a Portaria n.º 220/2011, de 1 de junho

19. TRABALHO

• SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL

Lei n.º 11/2013, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013

20. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTES

Lei n.º 14/2013, de 31 de janeiro

(Assembleia da República)

Primeira alteração à Lei n.º 12/97, de 21 de maio, que regula a atividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa